

PINGA-FOGO

■ **BENEFÍCIOS FISCAIS EM DEBATE** - A Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, da Alerj, realiza nesta quinta-feira (13) audiência pública para debater o tema "Avaliação e a eficácia dos controles relativos aos benefícios fiscais concedidos pelo Governo do Estado". A reunião será às 14h, na sala 1801, no Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento fluminense.

■ **AVALIAÇÃO** - Segundo o presidente da Comissão, deputado Tande Vieira (PP), a audiência pretende analisar os cenários econômicos decorrentes dos benefícios fiscais concedidos pelo Governo do Estado. "Com essa avaliação, a gente consegue traçar novos caminhos e propor projetos de leis que tenham melhores embasamentos prévios, como estudos de impacto financeiro e econômico. Além disso, visa a uma reestruturação da política de benefícios fiscais do Estado do Rio com o intuito de preservar a segurança jurídica dessas concessões, fomentando o desenvolvimento da economia, além de incentivar as empresas a investirem no Rio de Janeiro", afirmou o parlamentar.

■ **CONVIDADOS** - Foram convidados para o encontro **Eduardo Eugênio, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); Leonardo Lobo, secretário de Estado de Fazenda (Sefaz); Adilson de Faria, secretário de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); André Vila Verde, presidente da Agência Estadual de Fomento; Fábio Picanço, presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro; Rodrigo Melo, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE); Vinícius Farah, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, entre outros.**

■ **FALTA DE TRANSPARÊNCIA** - Depois da matéria publicada pelo Correio Serrano, apontando o descumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) pela Câmara dos Vereadores de Teresópolis, a Controladoria Geral da União vai cobrar do legislativo municipal a adequação à plataforma Fala.BR. Como mostrou o Correio, a Câmara de Vereadores não disponibiliza em seu site um canal adequado para que os cidadãos cadastrem pedidos de informação via LAI. Segundo a CGU, embora no site da Câmara exista a informação de que os pedidos sejam cadastrados na plataforma federal, eles sequer fizeram a adesão ao Módulo LAI do Fala.BR. A partir da notificação do CGU, Teresópolis terá que corrigir a informação publicada ou indicar um sistema próprio para registro de pedidos LAI.

■ **PARATY NA DISPUTA NACIONAL** - O prefeito de Paraty, Luciano Vidal; o secretário municipal de Pesca, Márcio Alvarenga; e a secretária municipal de Agricultura, Clara Cid, parti-



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

DEFENSORIA PÚBLICA PERDE O PUDOR AO ATUAR JUNTO COM PARTIDO POLÍTICO

Como explicar aos familiares do sargento da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Jorge Henrique Galdino Cruz, enterrado com honras militares nesta quarta, 12 de junho, que a Defensoria Pública do Estado ao qual ele servia, subscreveu, em papel timbrado, em conjunto com um partido político, um requerimento ao ministro do STF, Edson Fachin, relator da ADPF 635, pedindo providências contra uma suposta "operação vingança" que seria deflagrada pelo BOPE após a morte do militar?

■ Não há surpresa em ver a Defensoria Pública pedir apuração das mortes dos bandidos no conflito. As "lágrimas de crocodilo" do documento conjunto da Defensoria e do partido político, ao lamentar a morte do sargento, pedir apuração das mortes dos marginais e coibir qualquer "reação dos militares", faz parte do adubo que fez florescer a bandidagem nas comunidades protegidas pela ADPF 635 e por posturas que servem de escudo para as facções fortemente armadas que proliferam e se organizam de forma paramilitar.

■ O maior absurdo neste caso é a falta de pudor do documento assinado por um órgão de estado, um organismo público, mantido com verbas públicas, subscrevendo um requerimento em conjunto com o Partido Socialista Brasileiro-PSB. É só conferir o fac-símile do requerimento e ver o logotipo do PSB40 harmonicamente colocado ao lado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. É do conhecimento geral a existência de uma atuação político-partidária de alguns integrantes do

Ministério Público e, especialmente, na Defensoria Pública, mas nunca este fato camuflado foi tão explícito.

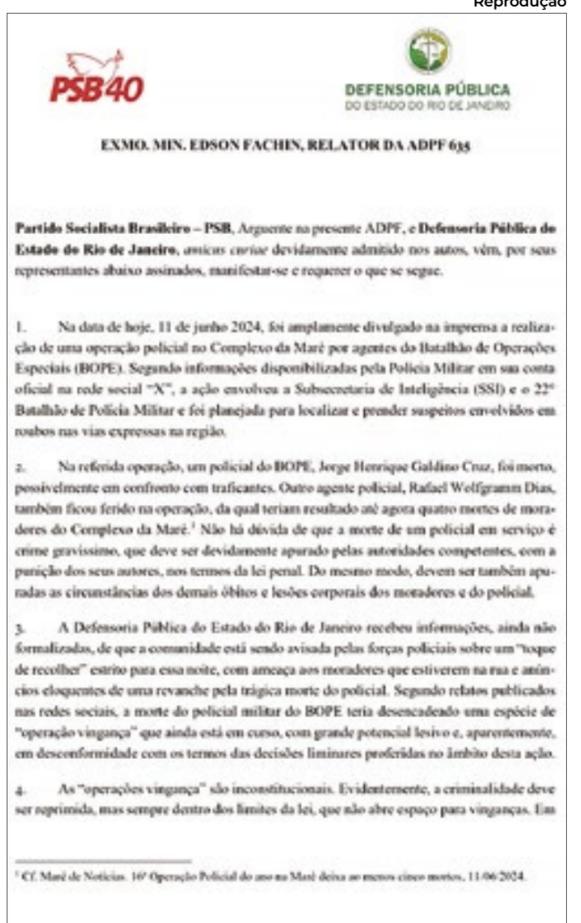
■ Um partido político na definição oficial, "é um grupo organizado, legalmente formado, com bases em formas voluntárias de participação numa associação orientada para ocupar o poder político". Eles estão ligados a uma ideologia e defendem uma plataforma. O objetivo é a tomada de poder e controle do estado. O PSB é o mesmo partido que, na última eleição, o candidato Marcelo Freixo disputou o Governo do Rio. Perdeu no primeiro turno. É exatamente esta legenda que está de braços dados, sem o menor pudor, com um organismo de estado subscrevendo um documento ao ministro da Suprema Corte. Não há um pingão de constrangimento nesta ação conjunta. Aliás, o PSB tem como um dos seus dogmas uma citação de João Mangabeira: "Liberdade sem socialismo, de fato, liberdade não é. Socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser".

■ Para o PSB ter no requerimento ao ministro Fachin a Defensoria Pública como "amicus curiae", uma expressão latina utilizada para designar terceiro que ingressa no processo com função de fornecer subsídios ao órgão julgador, é receber aval para a sua atuação em uma comunidade que sempre atuou eleitoralmente. É só ver a votação de Marcelo Freixo na Maré ou a votação da vereadora Marielle Franco, e da sua viúva Monica Benício, herdeira da sua cadeira na Câmara Municipal do Rio, pela legenda amiga do PSOL, berço originário de

Freixo. Já para a Defensoria Pública, é uma vergonha. Joga no lixo o seu papel de órgão de estado, de entidade apatridária que deveria zelar por todos e não se juntar a uma sigla com claras definições ideológicas. É só ler o manifesto do PSB para saber dos ideais para a refundação do Brasil.

■ No Ministério Público, um procurador tem o poder na sua caneta e pode subscrever por uma decisão pessoal. Neste caso, quem assina o documento do PSB, como "amicus curiae", é o defensor André Castro, junto com os patronos do partido, os advogados Daniel Sarmento, João Gabriel Pontes e Eduardo Adami. Assessoria jurídica que é paga por fundo partidário. No caso do defensor, ele assina em nome da instituição que representa. Não está neste caso um indivíduo, mas a própria Defensoria.

■ Não se trata de questionar os motivos do requerimento, dentro do olhar de um partido de esquerda eles podem até ser nobres. O que se questiona é o fato inédito de ter um órgão de estado atrelado a uma legenda partidária. Ao colocar o logo do partido e de uma legenda ideologicamente definida, com cores, candidatos, ainda mais em um ano eleitoral, em uma atuação em "defesa" de um reduto eleitoral dominado pela esquerda e de certa forma coibindo o estado no seu combate às facções criminosas que surfam nessa impunidade. Já a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, troca o verde do seu logo pelas cores vermelha e amarela da legenda que abraça. Corrói a imagem da própria instituição, que tantos serviços



presta aos carentes e desprovidos de assistência jurídica. Ao se colocar partidariamente entre a Polícia e o próprio Estado do Rio, que alimenta financeiramente a Defensoria, ela assume a responsabilidade da marginalidade que, escudada pela ADPF 635, proliferou na cidade do Rio.

■ O pior que pode ocorrer no combate à violência no Rio é a politização das ações. É exatamente isso que a Defensoria Pública faz em atuar conjuntamente com uma legenda partidária em um reduto eleitoral da própria agremiação. Uma atuação local de candidatos depende da autorização prévia dos traficantes ou milicianos locais. É nesta cumbuca que a Defensoria mete sua credibilidade ao se associar, de forma inédita e despuddorada, a um partido. É difícil de imaginar que esta manifestação conjunta tenha recebido o aval da Defensoria Pública-Geral do Rio (DPG), Patrícia Cardoso. O DPG anterior, Rodrigo Pacheco, nun-

ca teria permitido esta relação incestuosa com um partido político.

■ O ministro Fachin atendeu à provocação e notificou o governador Cláudio Castro, exigindo explicações. O que dizer à família, aos filhos e aos colegas do Sargento Cruz? Como explicar que um instrumento do próprio estado pelo qual ele deu a vida se coloca a serviço de um partido político que deseja coibir que a sua honra seja lavada? É normal a bandidagem encerrar policiais em serviço e executar um chefe de família? A resposta estará nos mapas das urnas na Maré e nos candidatos que terão mais votos na região. A bandidagem não precisa eleger um dos seus, basta ser eleitoralmente generoso com aqueles que, indiretamente, os protegem e coíbem a ação do estado. As urnas revelarão os escolhidos, nomes e partidos, que no futuro causarão constrangimento à atuação partidária da Defensoria Pública.

ram para Brasília na terça-feira, dia 11. Foram participar do XII Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora que revelou os vencedores nacionais em cada uma das 10 categorias da premiação. Ao todo, 240 projetos disputaram a final após a etapa estadual, que contou com a participação de representantes municipais de todas as Unidades da Federação.

■ **PREFEITO AGRADECE MARICULTORES** - Paraty concorreu na categoria Empreendedorismo Rural, com o

projeto das fazendas marinhas. Na etapa estadual, a cidade histórica foi contemplada com o prêmio, mas na etapa federal não foi selecionado. "Estamos felizes por Paraty ser um dos finalistas, isso demonstra todo seu potencial em projetos inovadores e sustentáveis. Agradeço ao Sebrae pelo apoio e aos nossos maricultores", disse o prefeito Luciano Vidal. Quem levou o prêmio foi a Prefeitura de Rolim de Moura, do Estado de Roraima, com o projeto Suinocultura Sustentável: a força do crescimento.

■ **MATHEUS DO WAGUINHO LANÇA PRÉ-CANDIDATURA** - O Campo do Heliópolis foi definido como palco para o lançamento da pré-candidatura de Matheus do Waguinho (Republicanos) à prefeitura de Belford Roxo, no próximo sábado, 15 de junho, com início previsto para às 18h. Há pouco tempo, Matheus exercia o cargo de secretário municipal de Gestão e Inovação no governo do tio, o atual prefeito Wagner Carneiro, o Waguinho, que também preside o diretório estadual do Republicanos. Respeitan-

do a legislação eleitoral, Matheus precisou se desincompatibilizar da função, visando abraçar a empreitada eleitoral. Uma multidão de pessoas, incluindo populares, pré-candidatos a vereadores e cor-religionários, é aguardada para o encontro de sábado. E é claro, as presenças mais do que confirmadas de Waguinho, e da deputada federal Daniela Carneiro.

■ **LDO DE NOVA IGUAÇU** - Os vereadores do município de Nova Iguaçu aprovaram em sessão na última terça-feira (11), as di-

retrizes orçamentárias para o ano que vem. A Lei retorna ao Executivo para a devida publicação no Diário Oficial, o que servirá como base para consolidação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Dessa forma, o próximo prefeito que assumir a administração da cidade dos "dourados laranjais", possui uma previsão orçamentária de R\$ 2,5 bilhões em caixa para serem aplicados em diversos setores e políticas públicas, sem contar com o apoio permanente dos governos estadual e federal, sobretudo através das emendas parlamentares destinadas ao município da Baixada.

Fernando Molica

Pobres devem pagar a conta

A julgar pelas movimentações em Brasília, os mais pobres é que, mais uma vez, serão obrigados a cobrir despesas e isenções criadas, de um modo geral, para beneficiar os mais ricos.

Dispersos, sem representação suficiente no Congresso, os sem grana e sem lobbies são o alvo preferencial dos que, inspirados pela Rainha de Copas de "Alice no país das maravilhas", nunca deixam de entoar o coro de cortem as despesas — despesas com os outros, não com eles.

Depois da desastrosa tentativa de mudar da noite pro dia as regras que permitem compensação de créditos do PIS/Cofins, o governo se vê acuado,

com poucas alternativas para não estourar de vez a meta de zelar o déficit de suas contas.

A saída seria contar com a inflação para, aos poucos, diminuir verbas destinadas aos que precisam do seguro-desemprego, contam com o abono salarial (destinado a quem recebe até dois salários mínimos) e dependem do Benefício de Prestação Continuada para viver (o BPC é pago a pessoas com deficiência e a idosos que não têm outra fonte de renda).

Estuda-se também dar um tranco na correção das aposentadorias e nas verbas obrigatórias para saúde e educação. Tudo isso é apresentado com nomes

bonitos como revisão e desvinculação de gastos. É lícito discutir alternativas para o equilíbrio entre receita e despesas, o problema é o fato de que os caras só olham para baixo na hora de enxergar os cortes.

Dono de uma cada vez mais evidente minoria no Congresso, o governo mal consegue defender seus interesses e demonstra ter esgotado sua capacidade de forçar a barra com base na estratégia de botar o bode na sala.

Foi assim que conseguiu algumas vitórias ao negociar a diminuição gradual dos benefícios previdenciários concedidos a empresas e prefeituras e as isenções aos setores de eventos e de

turismo. A derrota no caso da medida provisória do PIS-Pasep demonstra que vai difícil conseguir alguma nova vitória desse jeito.

O impeachment de Dilma Rousseff e a ameaça de o Congresso repetir a dose com Michel Temer e com Jair Bolsonaro deu a deputados e senadores um poder quase absoluto, que funciona na base do papai me empresta o carro — o velho que se vire para pagar combustível e multas.

As emendas ao orçamento de execução obrigatória representam cerca de 20% do pouco dinheiro que o governo tem para investir. Dragão insaciável

que exige mais e mais sacrifícios para não botar fogo no parquinho do Planalto, o Congresso ainda força a liberação de recursos para as emendas que dependem de aprovação do governo.

Parlamentares também podem mandar às favas princípios básicos de controle de despesas — fizeram isso ao renovar a chamada desoneração (olha o nome bonito aí, gente!) de 17 setores da economia e ainda incluíram 96% das prefeituras do país no pacote; na prática, autorizaram a diminuição das contribuições para a deficitária Previdência Social.

Caberia aos deputados e senadores definirem a fonte dos

recursos para compensar o carinho, mas eles jogaram a bola para o governo, que será responsabilizado em caso de descumprimento da legislação que trata da responsabilidade fiscal.

O cortem as despesas ignora os incentivos fiscais que, no ano passado, fez com que R\$ 518,9 bilhões deixassem de entrar nos cofres públicos graças a isenções concedidas a empresas inscritas no Simples, o agronegócio que produz rações no campo e votos no Congresso, a Zona Franca de Manaus, o setor automotivo, hospitais e universidades privados registrados como sem fins lucrativos. Essas cabeças quase nunca são cortadas.